

## **AGRICULTORES E ASSALARIADOS DAS PLANTAÇÕES FLORESTAIS EM MINAS GERAIS: QUAIS PROBLEMAS?**

Múcio Tosta Gonçalves<sup>1</sup>

A presente análise trata de aspectos da evolução da agricultura em um conjunto de municípios pertencentes aos territórios do Vale do Aço e do Vale do Rio Doce<sup>2</sup>. A dinâmica sócio-econômica dessa região entre o início do século XX e a década de 1980 demonstra que houve uma fragilização do espaço rural local. Esse resultado derivou da dinâmica assumida territorialmente pelos processos de industrialização, de alteração do padrão original de crescimento demográfico e das mudanças que foram introduzidas nos usos da terra e na condição dos produtores rurais. Diante do quadro que se veio se formando ao longo desse período, as interpretações mais comuns feitas sobre a região pelo Estado, pelas empresas e por parte da academia a qualificam como sendo atrasada. O corolário dessa imposição tem sido a identificação da população rural local como “tradicional”.

A partir da recuperação de alguns dos elementos das representações que agricultores familiares fazem das mudanças ocorridas em razão da transformação do “seu” território em região de plantações florestais homogêneas, procurar-se-á nesse artigo analisar como a categoria de trabalhadores assalariados das plantações florestais foi produzida e quais foram as formas de interação desses sujeitos à lógica capitalistas das plantações.

Uma descrição da configuração regional em final da década de 1950, especialmente da agricultura, feita por Strauch (1958), afirma que a produção de carvão devastou

---

<sup>1</sup> Doutor em Ciências: Desenvolvimento e Agricultura pelo CPDA-UFRRJ. Professor do Departamento de Economia da UNA Ciências Gerenciais, do CSAP/FJP e do curso de Ciências Econômicas do UNICENTRO Newton Paiva, em Belo Horizonte, Minas Gerais.

<sup>2</sup> Açucena, Alvinópolis, Antônio Dias, Bela Vista de Minas, Belo Oriente, Coronel Fabriciano, Dionísio, Iapu, Ipaba, Ipatinga, Jaguaráçu, João Monlevade, Marliéria, Mesquita, Nova Era, Rio Piracicaba, Santa Bárbara, Santana do Paraíso, São Domingos do Prata, São José do Goiabal e Timóteo. Esses municípios correspondem à maior parte da base territorial das plantações florestais das companhias Acesita, Belgo Mineira e Cenibra. Para uma discussão da

inicialmente as matas mais próximas da EFVM, nas terras aluviais e nos terraços do Rio Doce. Segundo o autor,

*Muitas destas terras, principalmente as baixadas aluviais são bastante férteis, ricas de húmus e matéria orgânica, periodicamente depositados pelas enchentes do rio. Ao longo do vale estas faixas de terras, variáveis na sua largura, representam áreas agrícolas em potencial. (...) Nas pequenas propriedades ou, o que é mais comum, nas lavouras dos "moradores" e dos "meeiros" são freqüentes as plantações de bananeiras que representam uma fonte de renda complementar, pois as cidades próximas absorvem facilmente esta produção. Mas o traço dominante é sempre a mata devastada ou em devastação e os extensos pastos de colônia. (...) Tratando-se de uma área de ocupação relativamente recente, as sedes das fazendas são em geral bastante rudimentares tanto mais que grande parte das propriedades aí são de fazendeiros já estabelecidos em outras áreas ou de pessoas mais interessadas no negócio de carvão ... Como seria de se esperar, os métodos agrícolas são aí dos mais primitivos: usa-se a queimada para limpar os pastos de "colônia" e as únicas ferramentas de trabalho são a enxada, a foice e o machado. (Strauch, 1958, pp. 115-117)*

Mas a eventual articulação da produção ao desmatamento e ao carvoejamento tornou-se subordinada à produção de eucaliptos. De acordo com produtores familiares da região entrevistados, a estrutura econômica local já foi capaz de se sustentar com a produção local de alimentos e de gerar seus próprios empregos. Como era então a vida antes do “reflorestamento”? De acordo com a fala de um dirigente sindical rural de Santa Bárbara entrevistado,

*o pessoal plantava todo tipo de agricultura que produz na região como ... mandioca era em alta escala, fazia muita farinha, que chegava até ser exportada daqui ... para outros países (...) E tinha plantio de milho, arroz, feijão e o pessoal sobrevivia disso e algumas pessoas empregavam nas minas de ouro, aqui em Florália tinha uma ou duas ... Mas foi pela década dos anos de 40 a 50 que começou a chegar o reflorestamento, que a Belgo-Mineira tinha um plantio de jacaré [<sup>3</sup>], que era uma mata nativa mas de muito boa saída. Só que apareceu o eucalipto que era muito mais vantajoso para as empresas e aí que começou o reflorestamento que ficou durante muito tempo com a Belgo ... Quando foi nos anos de 1970 que apareceu a Floresta Rio Doce que ... foi comprando vários outros [terrenos] e nesta década de 1980 ela passou para a Cenibra e isso foi se estendendo.*

Um outro entrevistado, produtor rural que mora na mesma região, afirma que a terra onde o eucalipto foi plantado "era lavoura. Onde não tinha lavoura é porque a terra

---

evolução dessas últimas e das suas interferências no processo formação da economia local, consultar Gonçalves (2001).

3 Árvore nativa da Mata Atlântica, de nome científico *Piptadenia communis* Benth, que cresce rapidamente e que foi utilizada nos primeiros experimentos de plantações da Belgo Mineira.

*era ruim, e tinha pasto". Além disso, a produção de farinha era comum, e "rapadura se fazia diariamente, tanto que para a despesa comprava açúcar uma vez ou outra porque no mais o que usa é rapadura mesmo".*

Os relatos de outros produtores ouvidos acrescentam que, além da produção de mandioca e da cana, existia também a de arroz, banana, feijão, melancia, milho e laranja, todos entendidos como alimentos para a "despesa". Nesse contexto, a plantação de eucalipto, inicialmente pela empresa Rural Mineira, depois pela FRD, CAF, Acesita e, finalmente, pela Cenibra provocou "falta", uma vez que o "*peessoal antigo vendeu os terrenos bons tudo, os antigos pôs os terrenos bons na mão da Companhia. E os antigos uns mudou para a rua, outros para a cidade*" (entrevista de moradora de Antônio Dias).

Mas como esses sujeitos entenderam as mudanças que ocorreram? Para alguns produtores rurais, há uma percepção de que a vida antes das plantações era melhor. Outro pequeno produtor de Antônio Dias disse não ser verdadeiro o argumento das firmas "reflorestadoras", segundo o qual as terras nas quais as empresas plantaram eucaliptos eram degradadas. Para ele,

*uma terra que criou uma família ... por 125 anos até hoje, eu acho que ela num tem condições de ser ruim, tem? ... porque se ela fosse ruim ... você vê, que hoje é que existe companhia, mas meu avô e meu bisavô foi criado aqui dentro, né certo?, o que ele progredia era daqui, né certo? Toda terra são boa ... se a terra num dá cana você vai lá plantar uma mandioca. Ela dá. Se ela num dá, ela dá feijão, ela dá uma outra coisa, tem que escolher a planta certa da terra, né certo? É a mesma coisa de nós, nós num tem uma comida preferida? A terra é a mesma coisa disso, ela num ... o problema dela é o trato que tem que ter nela.*

Perguntado sobre o que acha da introdução das plantações de eucalipto, a resposta de um outro entrevistado enfatiza uma idéia de que mudança ocorreu com relação a um tempo no qual todo mundo "*trabalhava na roça*": "*Prá mim é a pior coisa que apareceu. É bom, foi bom, assim, porque deu muito emprego*", mas isso "*Hoje já não continua, só vemos falar em demissões. O senhor sabe como está o problema no Brasil hoje*".

Uma mudança fundamental provocada na economia rural da região na percepção dos agricultores, então, foi a geração de empregos assalariados e, em consequência, da possibilidade de obtenção de renda monetária adicional à que poderia possivelmente ser gerada dentro da propriedade rural familiar. Para entender mais completamente essa questão, porém, deve-se atentar para o fato que se as empresas plantadoras criaram emprego, elas o fizeram num universo de sujeitos submetidos já a uma lógica de exploração do grande produtor.

A pequena produção local incluía a meação como estratégia de reprodução da unidade familiar e, assim, do ponto de vista daqueles que tinham que trabalhar na terra do grande, a história pode ser dividida entre um tempo antes e um depois do eucalipto (a partir da década de 1950), que inclui a substituição do fazendeiro como empregador, e em um outro tempo mais recente, quando a fazenda se transformou e se "*apresentou*" o plantio do capim braquiária (a partir da década de 1980), a partir de quando então foram limitados o espaço e o tempo do uso da terra. Para uns, essa transformação de produtor familiar em assalariado não parece ter sido positiva.

Ou seja, as plantações substituíram uma suficiência dos produtores rurais e da sua economia de produção familiar pelo assalariamento e por um salário que não seria capaz de garantir mais do que a sobrevivência. Isso permite especular que, mais do que por causa do assalariamento, a vida mudou para parte desses pequenos agricultores por causa de um novo ritmo de organização do trabalho: levantar, ir trabalhar e retornar à casa deixaram de ser movimentos controlados por eles dentro de uma lógica familiar de organização e gestão da unidade produtiva, e tornaram-se determinados pelas necessidades das empresas. Essa situação combina, formando um quadro de interpretação da decadência dos agricultores e da agricultura, com a que existe para aquelas famílias ou velhos que persistiram na terra e não se assalariaram, já que para eles não houve e nem há "*ajuda*" nenhuma para "*tocar*" a roça.

Uma perspectiva que permite entender essa mudança é fornecida por Thompson (1979) e sua análise da transição social ocorrida com a introdução da organização da produção comandada pelo capital industrial, que impôs uma severa reestruturação dos hábitos de

trabalho, com a formação de novas disciplinas orientadoras das atividades e da natureza humana dos trabalhadores, o que produziu uma transformação dos “*condicionamentos essenciais*” dos ritmos de trabalho e da notação do tempo.

Para as sociedades camponesas o tempo era orientado pelo “que fazer”, o qual era por sua vez orientado por três princípios: “*o trabajador parece ocuparse de lo que es una necesidad constatada*”, existe uma “*demarcación menor entre ‘trabajo’ y ‘vida’*” e ambos os pontos anteriores não são, enquanto atitudes relativas ao trabalho, nem antieconômicas ou constrangedoras (Thompson, *op. cit.*, p. 245). Sob tal ordem, a tarefa a ser desempenhada determinava o tempo a ser gasto e, como tal, exigia como referente o trabalhador independente.

Com a introdução do trabalho contratado, a questão da orientação do “que fazer” tornou-se mais complexa. De fato, tão logo “*se utilizan verdaderos braceros se destaca el cambio de orientación al quehacer a trabajo regulado*”. A principal questão que se coloca para o trabalhador a partir dessa mudança é que os indivíduos contratados “*experimentan una diferencia entre el tiempo de sus patronos y su ‘proprio’ tiempo*” e não é mais o “*quehacer el que domina sino el valor del tiempo al ser reducido a dinero. El tiempo se convierte en moneda: no pasa sino que se gasta*” (*op. cit.*, pp. 246-247).

Do ponto de vista capitalista, então, o trabalho passa a ser disciplinado não por qualquer razão técnica, “*sino de un mayor sentido de la economía del tiempo entre los patronos-capitalistas*” (*ibidem*, p. 268). A imposição da disciplina do tempo aos trabalhadores, que não foi linear e nem foi aceita sem resistências, representou para os capitalistas a garantia do atendimento da sua necessidade de regular os movimentos da mão-de-obra.

Esse conjunto de questões permite entender por que os produtores familiares da região analisada sustentam que as plantações de eucalipto não produziram e nem produzem vantagens para eles. Introdutoras de um modo novo de organizar o espaço e o trabalho dos que moravam no território antes de sua chegada, as firmas de plantações quebraram o papel da agricultura como única fonte geradora de trabalho local.

De um modo que resume os argumentos apresentados até o momento, um pequeno agricultor de Antônio Dias argumentou que o estilo de desenvolvimento representado pelas plantações homogêneas só favorece à grande empresa. Citando a Cenibra, ele teceu os seguintes comentários

*Eu quero ver se - Deus que me perdoa da palavra - se vai ter condições da gente comer um pé de eucalipto, porque eu num trabalho só para mim não, né certo? ... é outro modo, se eu plantar aqui, eu planto pra mim, planto pra você, planto pra outro, né certo? Nós trabalha a bem da gente e a bem de todos, e ela ... trabalha praticamente a bem dela só mesmo, porque o pobre ... ouvi explicar isso, o eucalipto só serve pra papel ... Aí se nós enrolar qualquer mercadoria numa folha de banana pra nós dava menos, depende é nós tê ela pra enrolá, num é certo? É isso que é importante, nós pode enrolar numa folha de banana a mercadoria, num tem nada a ver; agora, comer, que nós vamos fazer com isso aí? ... eucalipto só serve ... pra fazer dinheiro, tudo bem, ele dá pra fazer dinheiro, e se chegar um tempo que não existir as coisas de comer mais, existir só eucalipto, pra que o dinheiro vai servir também, né?, num vai servir pra nada. Pra mim eu faço julgamento, se eu tivesse cem alqueire de terra eu num plantaria nem um pé dele pra mim não, certo?, porque as coisas de comer é certo.*

Essas percepções são ainda mais radicalizadas quando se trata dos modos pelos quais vários dos membros das comunidades rurais de base familiar saíram da terra. Se havia o recurso do assalariamento, por que venderam suas propriedades? A resposta óbvia é que isso foi feito para dar lugar às plantações. De fato, lendo os dados apresentados sobre a estrutura da propriedade da terra, pode-se explicar por que razão ocorreu a redução da área média das pequenas propriedades, apesar da manutenção do seu número (Gonçalves, 2001).

Porém, a "chegada" das empresas não foi feita com base na introdução da relação de equivalência e dos códigos jurídicos formais exigidos pela transação mercantil capitalista. O que se quer dizer é que, a partir dos depoimentos colhidos junto a antigos proprietários rurais e membros de suas famílias na região, as empresas adotaram estratégias de aquisição de terra que se não foram **formalmente** violentas, chegaram próximo disso, e foram muitas vezes ilegais. Através de uma série de prepostos (os "corretores", como são conhecidos na região), as empresas foram adquirindo terra primeiro dos que não produziam, não dependiam da produção agropecuária para sobreviver e daqueles que não conseguiam mais manter a roça. Assim, aos poucos, aqueles que dependiam da terra para viver foram sendo pressionados.

Essas estratégias se tornaram possíveis porque, como disse um entrevistado de Antônio Dias, quase ninguém tinha título da terra, porque "*naquele tempo, na época ... ninguém comprava terra não, uai!*".

Mas há aqueles que perceberam o processo de modo distinto - o que não indica que discordem da sua situação de subalternidade. Um entrevistado, pequeno produtor de Santa Bárbara, falando do início das plantações de eucalipto na década de 1950, indica um elemento importante da condição subordinada da família rural ao movimento do capital das plantações na região:

*depois que começou plantio, que as companhia começou a fazer o plantio, para falar a verdade melhorou também para o trabalhador, para os trabalhadores rural, por que aqueles que podia fichar na companhia fichava mas ficava os outros em casa, ou os mais velhos ou os menor de idade, que ficava cuidando da roça, né? E, por exemplo, se a família tinha as vezes umas cinco pessoa, se tivesse dois empregado tinha três na roça, então, controlou um pouco.*

Um paralelo pode ser traçado com a análise feita por Palmeira (1979), a respeito das relações de trabalho nas usinas pernambucanas de açúcar no início da década de 1970. Se a imposição da situação do "*trabalho com empreiteiro*" aos trabalhadores produziu uma nova modalidade de pressão sobre a sua permanência na terra, gerou ao mesmo tempo um resultado que se pode chamar de positivo: o mecanismo de contratação dos trabalhadores pelos empreiteiros, ao girar em torno de um salário (inferior ao mínimo legal), deu "*a alguns trabalhadores a possibilidade de ganhar mais do que conseguiriam 'dentro da lei'*", uma vez que o empreiteiro não opera com o mesmo sistema de fixação de limites de quantidade de trabalho do usineiro (*op. cit.*, p. 46) - contudo, não se pode esquecer que o "*trabalho com empreiteiro*" produziu conseqüências políticas nefastas ao contribuir para o afastamento dos trabalhadores dos Sindicatos.

Mas isso não indica que os pequenos agricultores familiares locais eram ou sejam incapazes de se sustentar autonomamente e que é por pura incapacidade de resistir ao avanço do capital que eles se inseriram nesse contexto de mudança. Antes, ao revelar um sistema de divisão do trabalho familiar num universo de dominação do fazendeiro e da "companhia", as falas dos trabalhadores permitem afirmar que a fragilização do rural

é um resultado da subordinação crescente desses sujeitos ao controle capitalista da sociedade local, isto é, social, territorial e culturalmente localizada.

Esses discursos - o contrário à mudança (ou ao menos a alguns de seus resultados) e o que não percebem nela tanta negatividade - carregam dentro de si um sistema de conhecimento que só aparentemente é contraditório. De qualquer modo, eles foram pinçados de dentro de um universo de representações sobre a história da transformação de um espaço rural em região de "vocação florestal" e os impactos sócio-ambientais daí decorrentes.

Nos Vales do Aço/Rio Doce, a presença antiga do desmatamento, do carvoejamento, do fazendeiro e das "reflorestadoras" parece ter inibido a identifica o da autonomia do produtor com uma época ou um tempo de abundância ou da fartura. Do mesmo modo, a presença do assalariamento e da idéia de uma vida difícil na roça contrapostos   renda "fácil" obtida nas "companhias" através do "fichamento" pareceu ter contribuído para tornar nebulosa a memória de um passado camponês idílico.

Essas considera es v em a propósito de possibilitar a distin o entre a tradi o e o costume, conforme propõem Hobsbawm & Ranger (1997), e os usos dessas manifesta es na constru o da identidade social e espacial desses sujeitos e dos que, distintamente deles, foram diretamente subordinados ao mundo do trabalho assalariado nas planta es. Em conseqüência, deve-se abandonar a idéia segundo a qual o tradicionalismo de uns se opõe necessária e mecanicamente a um modernismo de outros.

A partir das avalia es precedentes realizadas sobre a simultaneidade da urbaniza o e do esvaziamento do rural pela concentra o fundiária e pela altera o espacial e ambiental provocadas pelo eucalipto, a pergunta que falta responder refere-se a quem compunha a força de trabalho "regional".

Monte-M r, Costa et al. (1997, p. 140) fornecem uma pista interessante, articulando a chegada das empresas, especialmente da Belgo Mineira, com uma condi o herdada do



distante período minerador. Nos idos dos anos 1930, a população residente na região caracterizava-se ainda por ser “*desqualificada*” e “*não domesticada*” do ponto de vista dos requisitos exigidos pela “*disciplina fabril*”. Por habitarem uma “*região de fronteira com ampla disponibilidade real de meios de subsistência autônoma*”, os trabalhadores não se fixavam nos postos inicialmente oferecidos pelas firmas. Em suma, para as empresas, “*a mão-de-obra recrutada localmente não atendia às necessidades mínimas de assiduidade e disciplina*”. A isso deve-se acrescentar que a possibilidade de viver do trabalho na meia ou à terça, inclusive para a produção de carvão vegetal, tornava o emprego na usina uma das alternativas e não a única alternativa.

Daí a necessidade para da construção das cidades operárias, compreensível quando se pensa que a intervenção das empresas voltou-se para a garantia do controle sobre a força de trabalho e por isso foi além da oferta dos elementos mínimos vitais para a reprodução desses trabalhadores (salário e serviços assistenciais).

Ao buscar a “*criação de um espaço capitalista*”, as empresas que inicialmente se instalaram na região não abriram mão do controle e da coerção sobre os trabalhadores que se iam formando sob sua tutela. Assim, esse controle passou pela tentativa de formação de “*comunidades*” de trabalhadores instaladas em vilas e acampamentos operários (como fizeram a Belgo Mineira e a Cenibra), pela adoção de medidas repressivas e coercitivas comuns sobre os sindicatos e as lideranças operárias (por parte da Acesita, da Belgo Mineira e da Usiminas), ou pela exigência de escolaridade e qualificação para contratação e obtenção de “*vantagens sociais e assistenciais*” (oferecidas pela Cenibra) (Monte-Mór, Costa et al., *op. cit.*, p. 145).

Mas e quanto ao trabalhador florestal? Na base do processo de articulação entre capitais privados e o Estado que deu origem aos projetos regionais de dominação social e espacial em Minas Gerais, esteve presente um discurso sobre as vantagens comparativas da adoção das plantações em substituição ao uso das matas nativas. A lógica da argumentação empresarial e estatal, base desse discurso, pode ser entendida quando se pensa que além da conquista de uma nova fonte de insumos industriais madeireiros,

esteve em jogo a implantação de um projeto de modernização feita pelo alto, isso é, sem a participação dos agricultores e outros sujeitos da sociedade civil local.

Ou seja, a adoção desse tipo de discurso e das práticas de produção e controle do espaço industrial e urbano numa região originalmente rural, resultados que foram da expansão da atividade siderúrgica desde a década de 1930 e da instalação da produção de polpa celulósica a partir da década de 1970, estiveram imbricadas no processo de reestruturação produtiva do capital desencadeado em resposta à crise internacional. O que ressalta daí como questão relevante para a presente pesquisa é se essa reestruturação simultaneamente produziu (ou não) um tipo de trabalhador novo.

Os pontos de partida para pensar a composição social dos trabalhadores assalariados das plantações na região são os das discussões precedentes sobre a extensão do trabalho assalariado no seio da agricultura familiar e sobre a expansão do carvoejamento. Na verdade, pensados como parte do processo de gestação do capitalismo no território metalúrgico, ambas as questões podem ser resumidas.

Do ponto de vista específico agora tratado, porém, vale a pena recortar uma especificidade, que permite articular mais uma vez a idéia da fragilização da agricultura local, sua subordinação à lógica e à dinâmica capitalistas e a formação de um novo tipo de sujeito, o assalariado, que não é mais apenas o trabalhador ou produtor rural que vende parte do seu tempo de trabalho - individual ou familiar - para obter renda monetária ou complementá-la. Essa especificidade é a atração que o emprego "*fichado*" exerceu sobre os jovens.

Tomando-se como referência a transformação dos modos costumeiros de ocupação do solo pelas plantações florestais em toda a Minas Gerais, pode-se notar que sua primeira investida sobre a sociedade local para a formação de um mercado de trabalho local nas regiões baseou-se no recrutamento da força de trabalho então (tornada) disponível dos homens, mulheres e crianças. No caso dessas últimas, entendidas como uma agregação de responsabilidade exclusiva da família, uma incorporação pelo capital de uma

estratégia de divisão doméstica do trabalho que torna-se funcional para a produção da subsunção do trabalho ao capital.

De fato, inicialmente a contratação formal de trabalhadoras e de seus filhos decorreu da maior aptidão dos seus corpos às exigências das tarefas manuais (controle de pragas e manutenção dos viveiros de mudas, atividades que requerem grande acuidade visual, flexibilidade corporal e alguma delicadeza) e da sua menor capacidade de opor resistência ao mando capitalista dentro da unidade produtiva “reflorestadora”. Porém, à medida que as plantações se expandiram e que a lógica do trabalho dentro das áreas mudou (dadas as especificidades técnicas da produção de árvores), o trabalho feminino e infantil passou a ser simplesmente uma forma de incorporação direta de trabalho barato.

Com isso, e é o mais importante para o capital, rebaixaram-se os salários pagos aos trabalhadores adultos masculinos, já que a divisão sexual do trabalho imposta qualificava o trabalho masculino apenas como um "*serviço de peão*", sem necessidade de habilidades especiais que não a força física, enquanto o trabalho feminino e infantil eram tidos como muito leves e também dispensavam quaisquer habilitações.

Ou seja, a procedência rural desses trabalhadores constituiu-se num dos primeiros requisitos para a sua transformação em assalariados das atividades de plantio e de exploração dos eucaliptais. No caso das crianças e das mulheres, essa questão possui ainda uma outra dimensão: foi a partir dessa transformação que ambos passaram a ter o seu trabalho socialmente reconhecido pelas empresas e pelos atores sociais localizados fora das suas unidades domésticas. No entanto, essa identificação gerou uma desqualificação do trabalho e do saber familiares inseridos na propriedade familiar (Gonçalves & Teixeira, 1989).

Isso significa dizer que a formação da categoria trabalhador assalariado do "reflorestamento" deu-se através de uma adaptação de produtores rurais pela via da mercantilização, processo que se produziu e que culmina com a transformação dos ambientes social, físico e cultural no qual as unidades familiares construíram suas

trajetórias. Nesse sentido, uma das mudanças básicas provocadas foi a do criação social da necessidade do trabalho assalariado para os jovens. Mas, como afirmaram muitos dos interlocutores ouvidos durante as visitas feitas à região, o “sonho” dos jovens não era apenas o de trabalhar nas companhias "reflorestadoras" e sim nas usinas.

Sair da roça para trabalhar “*fichado*” na empresa constituía uma possibilidade única para ascender socialmente na economia monetizada dominada pelas empresas siderúrgicas e de pasta e suas subsidiárias dedicadas às plantações. Como argumentou uma agente pastoral entrevistada, a junção das condições de obtenção de um emprego e de um salário e de manutenção mesmo que precária da unidade familiar (pois os pais e/ou parte da família permaneciam como produtores) encontrou um conjunto de sujeitos que, por sua condição subordinada no tecido social local herdado da intervenção capitalista, não aprenderam a saber "*ficar sem dinheiro*".

Essa é a base social, então, criada pelo capital. Nascidos na roça, esses sujeitos são cada vez mais identificados com um trabalho que os afasta da sua condição original de rurais e os transforma em trabalhadores da extrativa. Uma tal distinção parte do princípio que a condição rural é aquela socialmente determinada pela existência do trabalhador familiar, que vive na e da terra dotado de algum grau de autonomia frente ao mercado de trabalho (ou seja, que orienta seu trabalho para e pela produção direta dos seus meios de vida). A condição rural indica, pois, um espaço de relações sociais nas quais o produtor direto não se encontra separado dos meios de produção ou, quando se encontra nessa condição, não está automática e necessariamente imerso em uma relação tipicamente capitalista de assalariamento (Lovisoló, 1989).

É a partir desse sentido que se pode estabelecer qualquer distinção entre o pequeno produtor, o camponês, e o trabalhador assalariado. E isso requer um olhar voltado para as mudanças que afetam e modificam as formas de produção e de reprodução das unidades familiares, conforme sugere Lovisoló (*op. cit.*). Assim, o que distingue produtores familiares e assalariados não é exclusivamente o grau de sua subordinação ao capital. Os modos e processos por meio dos quais esses sujeitos sociais específicos constroem sua existência concreta dentro de estruturas sociais específicas socialmente

relacionadas (ou articuladas) com as estruturas materiais e simbólicas nas quais (e pelas quais) aquela existência se torna possível são elementos cruciais para o entendimento daquela diferenciação.

Assim, voltando para o caso dos pequenos produtores dos Vales do Aço/Rio Doce, pode-se dizer que o assalariamento rompeu não só a possibilidade de permanência independente na terra como a de obtenção do trabalho parcial. A nova organização do trabalho e das condições para a sua realização, impostas pela dinâmica do capital florestal, e que são as bases normativas às quais os agricultores familiares locais se submetem, baseiam-se sobre um sistema que, grosso modo, não é muito distinto da lógica que prevalece em outras monoculturas agropecuárias.

Ao lado da modernização e da vinculação de estratégias competitivas a um padrão novo de orientação da produção, via introdução de espécies florestais de rápido crescimento, a forma de gerenciamento do trabalho é pautada pela introdução de uma precariedade total na relação contratual.

Nas conversas com trabalhadores da extrativa na região dos Vales do Aço/Rio Doce, foi possível perceber os seguintes elementos da organização do trabalho<sup>4</sup>. Inicialmente a área tem que ser limpa, isso é, "*roçada*" e queimada. A queima, feita de noite, implica geralmente no uso de trabalhadores que estejam acampados, o que é uma forma de impedir as horas extras e de estender a jornada de trabalho.

Como é caso em todas as outras tarefas seguintes, a limpeza da área tem um tamanho médio a ser cumprido, que é determinado pelo responsável técnico pelo talhão a ser implantado. Após essa primeira função, exercida pelo Trabalhador Florestal, o peão ou o que ocupa o posto mais baixo na "carreira" funcional, vem o plantio. Nesse caso, a

---

<sup>4</sup> A descrição feita a seguir decorre da observação e do contado diretos com trabalhadores florestais em muitos momentos de visitas à região, nos seus locais de trabalho, nas sedes dos Sindicatos, na "rua" ou nas suas casas – inclusive porque muitas das conversas que tive com eles não estavam programadas ou aconteciam rapidamente durante a passagem pelo seus lugares. Algumas falas estão registradas em entrevistas, mas muitas outras foram apenas anotadas em cadernos de campo ou mesmo na memória.

média exigida por empresas e empreiteiras é a plantação de um número médio mínimo de 770 mudas por dia.

O plantio é um conjunto de atividades que se inicia com a abertura da cova onde a muda será depositada, segue com a colocação de uma quantidade de adubo previamente determinada pelo engenheiro florestal ou agrônomo responsável, e pela aposição da muda (que tem muitas vezes de ser retirada do saco plástico onde ela pode estar acondicionada) e da terra escavada dentro da cova - mas essas não são atividades feitas no mesmo momento, como se verá adiante. Aqui também o trabalhador é o peão, que faz tudo "*no geral*", em turmas. Até a década de 1970, essas turmas envolviam também as mulheres, sobretudo na limpeza das áreas.

Muitos desses trabalhadores não moram em acampamentos, e ir e vir todo dia, no caminhão, impõe um desgaste a mais. Apesar da jornada de trabalho ser de oito horas diárias, o tempo dedicado à empresa é bastante superior a isso, por que o deslocamento diário para o trabalho inicia-se por volta das quatro horas da manhã e normalmente os trabalhadores só chegam de volta em casa depois das sete ou oito horas da noite. Essa extensão é ainda absolutamente maior se for considerado que os tempos de parada para almoço e para lanche são feitos no mesmo local do trabalho (um terreno que está sendo preparado para o plantio ou um talhão onde as árvores estão sendo cortadas, distantes de qualquer núcleo urbano ou de qualquer aglomeração residencial), o que torna difícil fugir do controle dos capatazes e mina a resistência de muitos daqueles que sabem que quanto mais produzem, mais podem ganhar.

Muitas vezes a área onde será efetivado o plantio é um local onde o eucalipto já foi cortado duas ou três vezes. Nesses casos, as turmas de trabalhadores florestais têm que queimar os tocos das árvores remanescentes. Outras vezes, essa tarefa é executada por tratoristas. Outras vezes, ainda, e essa tem sido a modalidade mais utilizada recentemente, eles devem plantar seguindo a linha já existente de tocos, que não são queimados nem retirados e, pelo seu apodrecimento no campo, servem como uma adição de matéria orgânica para as árvores plantadas. Nesse caso, o trabalhador tem que reunir sua capacidade física e destreza para andar em um terreno ainda mais irregular.

Muitas vezes, também, nas reformas de áreas deve-se fazer a “*coivara*”, que é a operação de juntar e queimar os restos da lenha que permanece no campo após a derrubada e colheita da madeira e que não são aproveitados. Isso implica queimar de novo uma área que já foi inicialmente queimada.

Após a limpeza da área - virgem ou reformada - o plantio já inicialmente descrito é feito a partir da exigência de uma outra habilidade do trabalhador, que é a marcação, feita por uma outra equipe de peões. Como pode ser observado e relatado por vários trabalhadores, antes dos anos 1980 "*gastava mais pessoas*" nessa atividade, que consiste da disposição de uma corrente em linha no terreno para marcar os locais onde as covas deverão ser abertas. Isso se explica por que, para garantir a uniformidade do crescimento e para favorecer as atividades de retirada das árvores plantadas, deve haver um espaçamento uniforme entre elas.

Porém, o uso da corrente implicava um consumo de tempo que reduzia a produtividade por trabalhador. Explica-se: além de exigir uma maior acuidade visual, o deslocamento de ida e volta com a corrente é uma atividade que, por si só, toma tempo. Em função disso, e a partir de iniciativas de alguns trabalhadores, a marcação passou a ser feita com o uso de uma nova ferramenta: um enxadão com cabo de bambu de dois metros de extensão. Isso permite que o trabalhador avance em linha por todo o terreno fazendo as marcas onde serão feitas as covas e plantadas as mudas, mas exige a presença de um ajudante para cada marcador.

Aqui aparece, então, o primeiro e quase único momento em que a idéia de trabalho em equipe deixa de ser o da turma, onde todos fazem tudo igual. Enquanto o trabalhador florestal responsável pela marcação ou pela "*batida*" executa sua tarefa, medindo e marcando ao mesmo tempo, um ou dois outros seguem seus passos fazendo a cova. Para os trabalhadores, isso permite que o trabalho "*renda*".

A partir dessa intervenção dos trabalhadores no processo produtivo, as empresas perceberam que poderiam ter mais produtividade com esse maior número de pessoas ao exigir que cada ajudante mais o trabalhador responsável pela marcação carreguem, cada

equipe, entre 25 e 50 quilos de adubo, colocados em umas ou duas bolsas de plástico a tiracolo. O adubo é então, colocado em pequenas quantidades nas covas abertas, que são tapadas com um "*pouquinho de terra com o pé*".

Na época do plantio, os trabalhadores florestais passam pelas linhas de covas feitas e, em cada um dos buracos, usando uma enxadinha, "*batem*" e misturam a terra e o adubo dispostos nos buracos. Após isso, as mudas são então colocadas no solo. Como dito acima, a meta de produção prevê que cada trabalhador tenha que plantar o equivalente a oito caixas de muda (cada uma com cerca de 96 mudas) - o que significa que eles ainda tem que deslocar no terreno carregando caixas cheias e vazias entre as linhas de plantio e um ponto de deposição central das mudas.

No caso da região analisada, isso significa caminhar em rampas de declividade muitas vezes superior a trinta graus. Dadas as condições topográficas da região, o trabalhador florestal executa as tarefas descritas subindo e descendo morro - e também escorregando e se "*segurando nos tocos afora onde acha*" no tempo da chuva... Esse comentário, que em outra situação ou contexto poderia parecer jocoso, serve para lembrar que as condições de segurança do trabalho são bastante precárias. Além dos riscos de acidentes pelo uso de ferramentas cortantes e do fogo, o uso do adubo, por ser seco (granulado), faz com que as empresas dispensem o uso de equipamentos de proteção, que nesse caso deveriam ser dedicados à proteção da pele, dos olhos e da boca (por causa da exposição do produto ao vento).

Uma nova adubação pode ser necessária, dependendo das condições do estágio de desenvolvimento das árvores, em um talhão já com um ou dois anos de idade. A adubação em meio a eucaliptos grandes, cheio de galhos, representa uma submissão do trabalho a uma lógica técnica do capital que é completamente desprovida de sentido para os assalariados. Isso por que a opção por não "*roçar*" esse tipo de área é feita em nome da redução de tempo e de custos. Os resultados disso são tanto o aumento do desgaste físico dos trabalhadores como um estranhamento relativamente à cultura e a esse mundo do trabalho: o fato do trabalhador ter que ficar "*distorcendo*", isso é, quebrando a galhada (que é abundante e ainda muito próxima do solo, dependendo da



espécie usada e da sua idade quando dessa operação) com a mão - quando não é possível passar debaixo do “cipó” que aí se formou, além de estar carregando no ombro o peso da(s) sacola(s) de adubo - é algo totalmente estranho à prática agrícola.

Se fosse possível comparar essa situação com a de produtores que tem que trabalhar na floresta, talvez fosse possível entender melhor o estranhamento referido. Em primeiro lugar, de modo sucinto, o roçar para os trabalhadores das florestas nativas, aquelas não plantadas, é menos uma necessidade do que uma contingência. Se, por exemplo, o trabalho é o de extrair ou coletar da mata produtos florestais não madeireiros (frutos, óleos, cascas, sementes, resinas, folhas, cernes etc.), muitas vezes a disposição das espécies arbóreas dentro do sistema do qual elas fazem parte, inclusive por causa de anteriores e sucessivas intervenções humanas, propicia condições mais favoráveis do que as que se encontram em uma plantação homogênea e uniforme, na qual as árvores são praticamente idênticas em tamanho e ritmo de crescimento e onde não houve praticamente nenhum acaso natural na produção da paisagem.

Feita então a plantação, vem uma das fases cruciais do plantio de essências florestais até o sexto mês de vida das árvores, que é a aplicação de formicida, função realizada por um trabalhador que é conhecido como o “Ronda” ou o “Combatente” de formigas. Por uma série de características ecossistêmicas, uma das espécies animais que mais diretamente interagem com plantações florestais é a das formigas, que têm nas jovens árvores de eucalipto uma importante e disciplinada fonte de matéria orgânica para a produção de alimentos para suas colônias.

No caso dessa tarefa de aplicação de formicida nas trilhas feitas pelas formigas dentro da área plantada com os eucaliptos, foi praxe das empresas durante muito tempo utilizar a mão de obra feminina e a infantil, por causa especialmente das razões apresentadas anteriormente relativas às qualidades desses trabalhadores, mas principalmente por que o uso de crianças e jovens nessa tarefa permitia um maior controle dos resultados finais pelo empenho que os trabalhadores mirins apresentam em um trabalho que parece brincadeira (seguir trilhas de insetos, colocar pedaços de isca formicida ao longo delas).

Mais recentemente, as empresas têm dispensado crianças, sobretudo por força de pressão legal, e têm-nas substituído por idosos, basicamente aqueles que exerciam outras tarefas como trabalhadores florestais e já não suportam o ritmo da produção e/ou aqueles portadores de doenças que não compensa dispensar. O curioso é que, por tratar-se de atividade importante dentro do sistema de produção da plantação que não pode ser automatizada, a aplicação de formicida tem sido atribuída àqueles que, de um ou de outro modo, estão em posições menos vantajosas para concorrer com os trabalhadores florestais dedicados às atividades de plantio e de corte da madeira. Isso, então, sugere que o desgaste imposto pela exploração física do trabalho aos jovens e adultos empregados nessas duas últimas atividades é grande.

Porém, além dessa dimensão da exploração do trabalho, o problema maior nessa atividade refere-se novamente ao uso dos equipamentos individuais de proteção, normalmente restritos à luva, a uma máscara facial e a uma bolsa separada para colocação do veneno que evita que a embalagem fique em contato com a pele.

Nos primeiros momentos da formação do trabalhador florestal, os assalariados faziam de tudo, desde capinar até “*matar formiga*”. Até o final dos anos 1970, isso era uma decorrência da oferta abundante de força de trabalho barata e totalmente desqualificada, sobretudo a dos jovens. Era, também, uma forma de recrutar trabalhadores e treina-los no exercício de uma atividade nova que se expandia pelo estado inteiro. Ora, a introdução de um mecanismo qualquer de classificação e de planejamento de cargos (e portanto de salários) implicou, também, a percepção pelo trabalhador do lugar que ele ocupava dentro da empresa onde estivesse empregado não só como um subalterno, mas como uma peça de um mecanismo regular de produção e de exploração. Permitiu a ele obter, ainda, uma visão desse lugar também em comparação com as condições das demais empresas e trabalhadores nelas contratados, ampliando a sua compreensão sobre a lógica do trabalho florestal como mais do que uma alternativa de renda inserida numa agricultura aparentemente incapaz de se sustentar.

É a partir daí, também, que se deve entender os mecanismos de organização do trabalho. Para tornar inteligível a “*promoção*” como parte da organização do processo de trabalho

e não como mero resultado de um sistema operacional de posições que depende apenas da aquisição de habilidades por parte do trabalhador, deve-se entender não só quem é promovido e como o é promovido, mas para qual posto o é. Isso explica, mas não determina o porque da promoção de peão para o posto de “*ronda*” não ser simples e nem fácil. A partir dos anos 80, com a crescente racionalização do controle do processo produtivo, a exigência da “*classificação*” mudou os critérios da contratação, impondo a necessidade de qualificação escolar formal e/ou profissional. Mas, para os trabalhadores, a dificuldade reside em outra dimensão: apesar das empresas precisarem de um trabalhador que pode lidar com agrotóxicos, que sabe ler, que tem enfim a capacidade de atender àquelas demandas por qualificação, a sua presença na empresa será temporária, já que o “*combate*” à formiga não ocupa muitos trabalhadores durante todo o ano, concentrando o emprego desses assalariados em alguns poucos meses. Assim, ao invés de aumentar o quadro funcional, mesmo que isso seja necessário, as firmas evitam contratar trabalhadores por temporada porque sabe que eles irão “*correr atrás*” dos seus direitos trabalhistas.

Enfim, em todas as tarefas, da limpeza até a aplicação dos formicidas, os trabalhadores aprendem a usar sua força física e sua destreza, como fariam no desenvolvimento de qualquer uma cultura agrícola, mas de forma aplicada a uma espécie vegetal que não serve para comer e nem permite ao trabalhador ter autonomia de um ritmo de trabalho determinado pelos requerimentos da produtividade e da concorrência capitalista. Como sugerido, até a década de 1980 essa situação envolvia as mulheres, que faziam de tudo, menos serrar, “*porque aí já é área de exploração*”, atividade masculina por excelência.

A atividade do serrador inclui as atividade de cortar com moto-serra as árvores em pé para derruba-las, desgalhar a madeira derrubada, corta-la nos tamanhos exigidos para o fim ao qual ela se destina e empilha-la. No caso das atividades de derrubar, desgalhar e empilhar a madeira, existe também um ajudante. A equipe tem que funcionar de modo a produzir eficiência em todos os momentos da tarefa. Assim, se após o final do corte da árvore em pé o vento “*puxa*” para algum lado, o serrador e seu ajudante tem que empurra-la para que caia no lugar certo, aquele que não quebra outras árvores e que facilita cumprir as metas de produção. Junto disso tudo, a equipe de serra tem que

carregar, de árvore em árvore, suas garrafas térmicas de água (com capacidade para cinco litros), o embornal com a refeição e o vasilhame com o combustível para a motosserra (esse último pertencente às firmas). Em média, a exigência de produção para o serrador é o de derrubar e “traçar” entre 150 e 200 árvores por dia.

Normalmente, esse tipo de organização do trabalho com base em cotas de produção está associado à introdução de “prêmios” em dinheiro, adicionais ao salário e variáveis com o montante adicionalmente produzido. Entendida como uma forma de estimular a produtividade, muitas vezes esse tipo de prática se converte, do ponto de vista do trabalhador, numa espécie de estímulo à rivalidade e à radicalização do individualismo, já que muitas vezes o prêmio representa a possibilidade de até dobrar o salário.

É importante lembrar aqui, da mesma forma como o faz Sigaud (1979a, 1979b) em suas análises da *plantation* canavieira de Pernambuco, que o trabalho remunerado por produção é uma forma comum de organização do processo de trabalho. Mas é mister esclarecer que o seu sentido mais geral é o de quebrar os limites impostos à quantidade legal estabelecida de trabalho que deve ser fornecido pelo trabalhador individual - e é legitimamente acatada por ele - quando esse se encontra contratado dentro do marco dos direitos, sobretudo daquele referente à jornada de trabalho (à qual corresponde uma dada relação entre quantidade de trabalho e remuneração).

Muitas vezes, contudo, o trabalhador não consegue cumprir sequer a meta estipulada. E se na região analisada não foi encontrado nenhum caso de queixa relativa ao corte de salário por não cumprimento da produção mínima, como relatado por trabalhadores no carvoejamento na Bahia (Gonçalves, 1997), quando isso acontece a punição ocorre no plano moral, com o trabalhador tendo “chamada” a sua atenção. Isso constitui uma forma de pressão, o que tem o efeito de aumentar a dedicação e, como conseqüência, a preocupação com o próprio desempenho individual. Mas esse tipo de punição também é acompanhada de uma distinção negativa: segundo relatos de trabalhadores, apesar de não haver cortes no salário por causa de incapacidade de atender às metas fixadas, quando têm que ser feitas demissões, o trabalhador incapaz é um dos primeiros a ser dispensado.

Afora essas dimensões da exploração do trabalho e da construção da sua submissão a regras que parecem quebrar as bases de uma sociabilidade subalterna, a atividade de exploração expõe os trabalhadores a vários riscos para a saúde, desde a geração de doenças ocupacionais (lesões por esforço repetitivo, “*problemas de coluna*” etc.) até acidentes provocados pelo uso das máquinas (cortes nos pés, mãos e braços, rosto) e pela queda das árvores adultas que estão sendo cortadas.

Finalmente, ainda para caracterizar o universo das condições de trabalho e do sistema de posições assumidos pelos trabalhadores florestais dentro do processo de trabalho da economia das plantações florestais, uma figura que merece ser mencionada é a do medidor. Esse é aquele trabalhador que, pela sua capacidade de trabalho e sobretudo lealdade ao responsável técnico pelo talhão ou propriedade que está sendo operada, “*toma conta de turmas*”. A função de medição revela que o controle do capital sobre o trabalho desses assalariado depende da retirada da capacidade do trabalhador controlar o resultado do seu próprio trabalho. Por outro lado, ela revela também as divisões que vão sendo introduzidas pelo mecanismo da divisão social do trabalho capitalista.

A análise da evolução dos diversos momentos do processo de trabalho, por sua vez, deve levar em conta que a natureza desse processo social é articulada por uma relação política, conforme argumentado por Palmeira (1977). Ou seja, as formas assumidas pela organização do trabalho decorrem dos modos específicos pelos quais modos de dominação social são produzidos e interiorizados nas relações entre patrões e trabalhadores (que as sofrem e a elas resistem). Nesse sentido, o processo de trabalho na monocultura é marcada por continuidades e descontinuidades que não podem ser compreendidas apenas como funções do tempo ou das posições ocupadas pelos trabalhadores no processo produtivo.

Por outro lado, se as relações sociais não imediatamente impressas no processo de trabalho interferem sobre ele, outro “*elemento decisivo*” da sua definição é que “*os trabalhadores já entram no processo de trabalho ‘classificados’ e hierarquizados*” (Palmeira, *op. cit.*). Isso significa que a atribuição de atividades e funções no processo de trabalho não é feita aleatoriamente.

Dialogando com uma outra análise do caso da *plantation* canavieira, pode-se concordar com Sigaud (1979a, 1979b) que se o trabalhador assalariado é livre – porque não submetido a nenhum proprietário em particular, o que permite que ele venda sua força de trabalho para qualquer um – essa liberdade é a significação de que as relações desses trabalhadores com o(s) patrão(patrões) tem limites precisos.

Esses últimos são dados pelo fato que, distintamente do que ocorre em outras relações contratuais de compra e venda de mercadorias, o trabalhador ao vender a sua força de trabalho não permanece imobilizado junto a qualquer proprietário (inclusive os compradores daquela força de trabalho) e percebe um montante suficiente para sua reprodução, não restando ao seu contratante – seja o proprietário da terra ou a empresa capitalista produtora de bens agro-industriais - nenhum compromisso de pagar parte alguma dessa reprodução (Sigaud, *op. cit.*). E, dessa forma, ocorre uma substituição das relações personalizadas de dominação por outras impessoais, com a submissão passando doravante a ser assegurada “por outros mecanismos que medeiam a relação e contribuem para dissimula-la” por meio do ato periódico diário de venda da força de trabalho no mercado de trabalho.

Esse tipo de análise permite também entender porque à medida que a lógica da reestruturação produtiva introduzida na década de 1980 impôs a adoção de mecanismos de intensificação e exploração do trabalho (como parte das estratégias competitivas e de verticalização das empresas), ampliou-se a flexibilização dos direitos dos trabalhadores e as empresas reduziram seus quadros de pessoal.

Essa discussão é importante porque uma das formas usualmente escolhidas pelas empresas para garantir as supostas vantagens da racionalização produtiva e ampliar a produtividade do trabalhador contratado é a terceirização. Apesar de parecer um fenômeno novo na indústria, típico da reestruturação produtiva que se seguiu às mudanças na organização econômica internacional e nacional na década de 1980 (Mattoso & Siqueira Neto, 1997; Machado, 1998), no âmbito da agricultura a presença dessa prática de terceirizar funções e tarefas, através das “*empreiteiras*” ou “gatos”, é

antiga e articulada com o modo como evoluíram as monoculturas, dentre elas as plantações florestais.

No caso da região dos Vales do Aço/Rio Doce, a lógica adotada inicialmente pelas empresas, ainda na década de 1970, exigiu a presença do empreiteiro naquelas atividades florestais que dependiam, como descrito acima, do trabalho menos qualificados dedicados às tarefas da preparação do terreno e do plantio. Na verdade, os pontos nevrálgicos das atividades das empresas são os relacionados com os tratamentos culturais pós plantio e com a “colheita” da madeira.

Desse modo, a terceirização baseia-se na contratação de trabalhadores menos qualificados e que podem ser mais facilmente demitidos e recontratados do que aqueles que são mais especializados. Os dados de dois levantamentos feitos pela FTIEMG (em 1998 e em 1994) revelam que até 1994, para um total de seis sindicatos de trabalhadores na atividade extrativa vegetal existentes no estado, o número de empreiteiras era igual a dez, contratadas pelas empresas Cenibra, CAF, Acesita e FRD. Em 1998, o número de empreiteiras (na base de oito sindicatos) passou a ser de 51, para as mesmas empresas contratadoras (cf. discutido em Gonçalves, 2001).

Esse movimento de terceirização do trabalho florestal articula-se com uma outra questão, especialmente no caso da indústria de celulose. Conforme argumentado por Machado (1988, pp. 80-81), as exigências para a obtenção de uma floresta com um ciclo de produção curto, inclusive em termos da necessidade de uma base fundiária extensa, gerou uma divisão do trabalho específica, distinta daquela que se realizou nas demais agroindústrias caracterizadas pelo processo de apropriação<sup>5</sup>. Ampliando a discussão do autor, pode-se concordar com ele que a produção de florestas plantadas para a produção de carvão vegetal e de pasta de celulose permitiu a formação daquela distinção na etapa florestal da produção dessas *commodities*, já que trata-se de

---

<sup>5</sup> Ação “empreendida pelos capitais industriais a fim de reduzir a importância da natureza na produção rural, especificamente como uma força fora de sua direção e controle” em decorrência da mecanização da produção e do subsequente “esforço contínuo de transformar os segredos da produção biológica em conhecimento científico e propriedade industrial” (Goodman, Sorj & Wilkinson, 1990, p. 3).

*um tipo particular de separação entre concepção e execução do trabalho, de parcelização de tarefas e de controle do tempo de trabalho. É nesse sentido que se pode afirmar que, considerando a totalidade do espaço rural ocupado com o “reflorestamento” ... as diversas operações que compõem a **execução** do processo de trabalho florestal (preparação do terreno, plantio, manutenção, colheita etc.) **são realizadas simultaneamente no tempo e no espaço**. Evidentemente, os obstáculos naturais remanescentes (a pluviosidade, a topografia, entre outros) colocam dificuldades para uma taylorização **stricto sensu** do trabalho (no sentido da alocação precisa – científica – dos tempos e movimento) e, onde é factível, a mecanização, em função do aspecto territorial – como no caso da agricultura, conduz o processo de trabalho a uma direção que se opõe ao fordismo (no sentido da imposição do tempo de trabalho pela máquina). (Machado, *op. cit.*, p. 81; destaques no original).*

Nesse sentido, a distinção do trabalho nas plantações em relação a outras agroindústrias é que ele, apesar das descontinuidades do ciclo produtivo da floresta, demandou uma presença permanente de trabalhadores durante suas fases de instalação e de expansão por causa da dependência do controle de grandes extensões de terra.

Nesse sentido é que se pode concordar com a idéia que a produção e a generalização da relação salarial no âmbito das plantações de eucaliptos nos Vales do Aço/Rio Doce dependeram também da forma como se organizou a distribuição das propriedades, dispersas em vários municípios. Isso porque essa dispersão associada ao fato dos trabalhadores residirem, em sua maioria, nas redondezas dos talhões, permitiu a redução dos salários direto e indireto.

Isso não significa, contudo, que o capital florestal não tenha buscado aumentar permanentemente a extração da mais-valia relativa e absoluta dos trabalhadores, usando os mecanismos já descritos de subordinação do trabalho infantil e feminino com salários mais baixos, impondo jornadas longas e de uso intensivo da força física com metas de produção elevadas, roubando no cálculo da avaliação do resultado do trabalho, apropriando-se das inovações introduzidas pelos trabalhadores, fracionando a força de trabalho segundo uma lógica contrária aos princípios da cooperação e da personalidade etc., num sentido que não deixa de ser idêntico ao de outras categorias de trabalhadores rurais proletarizados, como inclusive sugere Muls (1989) para o caso mineiro.

Mas se a construção social desse assalariamento nas plantações na região atraiu antigos produtores rurais familiares, sobretudo jovens, pode-se dizer que o seu resultado final



foi tanto o aumento da exploração do trabalho e da ampliação da fragilidade de uma agricultura que vinha se transformando desde a década de 1950, quanto a diminuição do emprego a partir da década de 1990, inclusive pela eliminação de muitos tipos de funções e postos de trabalho dentro da plantação.

### Referências Bibliográficas

GONÇALVES, Múcio T. **Nós da madeira: mudança social e trabalhadores assalariados das plantações florestais nos Vales do Aço/Rio Doce de Minas Gerais**. Rio de Janeiro: 2001. Tese de Doutorado apresentada ao CPDA-UFRRJ

----- . **Os "fracos" e os "avessos": formas de resistência social no Litoral Norte da Bahia**. Belo Horizonte: Sociedade Civil Irmãs de Santa Cruz; CEMEPAF, 1997

----- . & TEIXEIRA, Tânia C. *Trabalho familiar e assalariamento feminino e infantil na expansão do reflorestamento em Minas Gerais*. In: **Caderno do Departamento de Economia**, Belo Horizonte, vol. 1, n.º 1, pp. 18- 42, novembro de 1989

GOODMAN, David; SORJ, Bernardo & WILKINSON, John. **Das lavouras às biotecnologias**. Rio de Janeiro: Campus, 1990

HOBBSAWM, E. & RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997

LOVISOLO, Hugo Rodolfo. **Terra, trabalho e capital**. Campinas: UNICAMP, 1989

MACHADO, Carlos W. Costa. **Reestruturação produtiva e trabalho florestal na produção de celulose no Vale do Aço, MG**. Belo Horizonte: 1998. Dissertação de Mestrado apresentada ao CEDEPLAR-UFMG.

MATTOSO, Jorge E. L. & SIQUEIRA NETO, José Francisco. **O trabalho em regime de subcontratação no Brasil**. Campinas: UNICAMP/IE/CESIT, 1997

MONTE-MÓR, Roberto L. de M.; COSTA, Heloísa (coord.) et alii. *Ocupação do território e estrutura urbana*. In: PAULA, João Antônio de (coord.). **Biodiversidade, população e economia: uma região de mata atlântica**. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR; ECMVS; PADCT/CIAMB, 1997

MULS, Nair Costa. **Trabalho, consciência e luta: a formação do proletariado rural em Minas Gerais**. São Paulo: 1989. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP

PALMEIRA, Moacir. *Casa e trabalho: notas sobre as relações sociais na plantation tradicional*. In: **Contraponto**, Rio de Janeiro, ano II, n.º 2, pp. 103-114, novembro/1977

----- . *Desmobilização e conflito: relações entre trabalhadores e patrões na agro-indústria pernambucana*. In: **Revista de Cultura e Política**, São Paulo, ano 1, n.º 1, pp. 41-55, agosto de 1979

SIGAUD, Lygia. **O sindicato e a estratégia do capital**. Brasília: UnB, 1979a. Série Antropologia, 25

----- **Os clandestinos e os direitos**. São Paulo: Duas Cidades, 1979b

STRAUCH, Ney. **Zona Metalúrgica de Minas Gerais e Vale do Rio Doce**. Guia da excursão n. 2, realizada por ocasião do XVIII Congresso Internacional de Geografia. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1958

THOMPSON, Edward P. **Tradicion, revuelta y consciencia de clase**: estudios sobre la crisis de la sociedad pre industrial. Barcelona: Critica, 1979